

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ÁREAS PROTEGIDAS EM CONTEXTO INSULAR AFRICANO

**Brígida Rocha Brito<sup>1</sup>**

O continente africano é vulgarmente caracterizado, do ponto de vista ambiental, pela diversidade paisagística associada à abundância de recursos de fauna e flora. Esta percepção inicial de riqueza tem resultado, muitas vezes, em avaliações superficiais e desfasadas da realidade, dado que, apesar da quantidade e da diversidade, os recursos disponíveis são naturalmente finitos e esgotáveis no longo prazo.

A consciencialização para o problema da fragilidade ambiental tem aumentado, sendo particularmente exteriorizado através de reflexões, debates, elaboração de diagnósticos, alertas e ainda através da implementação de acções, enquadradas em programas de preservação do meio, protecção de espécies, educação ambiental junto das comunidades locais, bem como do exercício de pressão junto dos representantes do poder instituído para que se proceda à formalização da legislação e da fiscalização das áreas protegidas, sempre que não exista ou quando apresenta fragilidades.

Ao longo do tempo, como resultado das tendências defendidas ao nível internacional, como consequência do progressivo agravamento do estado ambiental, e principalmente do aumento de conhecimentos e da divulgação da importância do factor endémico, a reflexão e a discussão em torno da necessidade de prever e de viabilizar a implementação alargada de programas de acção, vocacionados para a preservação do meio, com particular atenção para as espécies que se encontram ameaçadas de extinção, foram fortemente estimuladas.

Atendendo às especificidades decorrentes da situação de insularidade, isolamento, pequena dimensão, entre outras características vulgarmente entendidas como constrangedoras, em muitas regiões insulares africanas o ambiente tem sido identificado com um valor meramente utilitarista. Este entendimento fundamenta-se na ideia de que se encontram no meio todos os recursos necessários para a satisfação das necessidades básicas, permitindo às populações locais assegurar a sobrevivência das famílias.

A preocupação com a preservação ambiental e com a protecção de espécies não se tem feito sentir de forma aprofundada, sistemática, planeada e generalizada. Ao contrário, as iniciativas promotoras de preservação são definidas como inovadoras, tendo um carácter pontual, e muitas vezes descontinuado, não tendo ainda um campo de actuação alargado e não estando, na maioria dos casos, formalizadas e oficialmente reconhecidas.

---

<sup>1</sup> Investigadora do Centro de Estudos Africanos (CEA)/ISCTE com projecto de Pós Doutoramento em curso, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A maioria das regiões insulares africanas é dotada de meios ricos em biodiversidade de flora e fauna, em meio florestal, costeiro e marinho, caracterizando-se pela existência de espécies, tanto comuns a várias regiões como endémicas, podendo destacar-se os casos da tartaruga marinha, do golfinho e da baleia, das aves, dos répteis e das plantas exóticas. Algumas das espécies e subespécies referidas encontram-se ameaçadas de extinção devido à intensificação de hábitos enraizados, ao longo de séculos de vida comunitária, e de práticas culturais desenvolvidas no seio das populações locais no que respeita à captura, consumo, comercialização e transformação. Estes comportamentos, culturalmente aceites e incentivados na vida comunitária pelos membros dos grupos, promovem um agravamento das fragilidades ambientais, apesar de representarem, em muitas circunstâncias, uma garantia de subsistência e de manutenção social.

Os três casos que têm sido analisados – Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Bijagós – apresentam um conjunto de traços comuns, entre os quais: a localização geográfica na costa ocidental africana, referenciando-se no Oceano Atlântico; a insularidade arquipelágica; a influência sociocultural resultante de um passado histórico comum; a miscigenação e as especificidades culturais; a existência de áreas naturais protegidas e naturalmente preservadas, em meio florestal, costeiro e marinho, dotadas de biodiversidade animal e vegetal; a relação quotidiana entre comunidades locais e ambiente, resultante de um contacto directo.

Em todas as regiões privilegiadas para o estudo, foram identificadas algumas áreas protegidas que se classificam de forma diferenciada, em função das situações, em Parques ou Reservas Naturais, entre as quais:

- Em São Tomé e Príncipe, o Parque Natural Obô, nas ilhas de São Tomé e do Príncipe, a Área Protegida Norte e Praia das Conchas, a Reserva das Ilhas Tinhosas, a Zona de Mangrove de Malanza;
- Em Cabo Verde, os Parques Naturais de Monte Verde, Monte Gordo, Serra da Malagueta e Planalto Leste;
- Na Guiné Bissau, o Parque Nacional das ilhas Orango e a Reserva da Biosfera do Arquipélago das Bijagós.

Actualmente, nos casos enunciados, existem alguns programas sectoriais de preservação ambiental, dinamizados por ONGs locais, trabalhando em parceria ou com apoios de entidades estrangeiras. Além da protecção de espécies e de subespécies, estas acções têm privilegiado, a vertente pedagógica direccionada para as populações locais. Contudo, e dadas as características ambientais no que respeita à geografia e ao clima, que se revelam propícias

à natural renovação do meio com aumento da densidade, dificultando a acessibilidade ao Homem, nomeadamente no que respeita à penetração florestal e à abertura de novos trilhos, a preservação tem sido maioritariamente promovida de forma espontânea.

A preocupação comunitária com a preservação ambiental e com a protecção de espécies tem, também nos casos referidos, sido secundarizada devido à existência de hábitos culturais que estão ancestralmente enraizados e que reforçam o valor utilitarista do meio, desvalorizando a sua importância intrínseca. De forma paralela, os grupos comunitários têm-se confrontado com um conjunto de problemas relacionados com a inexistência de programas de formação, de divulgação de informação e que privilegiem a sensibilização alargada.

Por um lado, a temática ambiental não está, em todos os casos analisados, formalmente integrada nos programas oficiais do sistema educativo para os grupos mais jovens, não sendo abordada de forma equitativa, nem ao nível regional, nem nacional. Por outro lado, para os adultos com desempenho profissional, a divulgação de informação sobre a preservação ambiental e a protecção de espécies, principalmente no que respeita a medidas, acções específicas e procedimentos adequados a tomar em situações concretas, não têm abrangência generalizada, resultando num reduzido nível de conhecimentos e na inadaptação à realidade.

Nestas situações, o trabalho desenvolvido pelas ONGs e pelas associações locais, muitas vezes implementando programas de preservação e de protecção em parceria, tem-se revelado de importância determinante, privilegiando a vertente pedagógica em área protegida, envolvendo grupos comunitários na prossecução de acções diversificadas de sensibilização e de programas de formação específicos. Estas medidas são consideradas dinamizadoras de mudanças e mobilizadoras de esforços, revelando preocupação com a sustentabilidade, promovendo alterações nos hábitos de consumo e nas práticas culturais das comunidades, adaptando as mentalidades às necessidades locais e aos riscos ambientais.

Procurando uma sistematização, caso a caso:

- Em Cabo Verde, as acções de educação ambiental têm sido promovidas com múltiplos objectivos, destacando-se a importante problemática da gestão de recursos escassos e imprescindíveis à sobrevivência, como a água, e a protecção de espécies ameaçadas, como a tartaruga marinha. Estas medidas têm sido apoiadas pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF), e particularmente promovidas pela ONG Natura 2000, estando em curso uma campanha nacional de protecção da tartaruga marinha, direccionada para as ilhas do Sal e da Boavista, atribuindo especial atenção à relação entre o desenvolvimento do turismo, que é uma realidade, e a protecção de espécies. Estas acções inserem-se no âmbito do projecto

Nacional de Conservação Marinha e Costeira, abrangendo a marcação de espécies para estudo posterior e recorrendo a diferentes metodologias, tais como o seguimento por satélite dos exemplares marcados, o que permite um aprofundamento do conhecimento acerca dos hábitos, comportamentos e principais rotas.

- No Arquipélago dos Bijagós, na Guiné Bissau, pode destacar-se a acção da ONG local Tiniguena, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), o Gabinete de Planificação Costeira, e a União Internacional para a Natureza (UICN), na implementação de projectos de desenvolvimento comunitário com conservação do meio, valorizando também a investigação científica e a educação. Com estas acções procura dar-se continuidade à gestão de recursos, promotora de preservação da biodiversidade, que tem sido prosseguida pelas comunidades locais, de forma tradicional, com envolvimento directo e recorrendo a metodologias participativas. Esta região evidencia-se por ser dotada de particularidades na relação entre as populações locais e o ambiente, com preservação ancestral, tendo a Tiniguena um papel importante para que a Reserva Natural fosse considerada como património mundial.

- Em São Tomé e Príncipe, a acção do Programa ECOFAC deu início à preservação ambiental, privilegiando o Parque Natural Obô, criando o Jardim Botânico e promovendo a catalogação de plantas, a abertura e manutenção de trilhos florestais, e a formação de ecoguardas e ecoguias, mas também a protecção da tartaruga marinha, implementando o projecto TATÔ, enquadrado pelos programas regionais PROTOMAC (Protection des Tortues Marines d’Afrique Centrale) e KUDU, promovendo acções de marcação de espécies para estudo, criação de incubadoras artificiais e sensibilização das comunidades piscatórias. Estas acções foram descontinuadas em 2002 por conclusão do programa, sendo revalorizadas pela ONG MARAPA (Mar, Ambiente e Pesca Artesanal), que tem promovido acções formativas, por todo o território, com apresentação e distribuição de materiais, junto da população escolar, e outras de sensibilização junto das comunidades piscatórias, incentivando a criação e a protecção de incubadoras artificiais, estando ainda a desenvolver uma iniciativa pioneira de ecoturismo, vocacionado para a observação e a protecção da espécie, o Jalé Ecolodge.

A implementação de acções e de programas de educação ambiental é assim, e em muitas situações, uma estratégia recente, marcada pela intervenção de agentes externos em colaboração directa com as populações, no sentido da sensibilização dos diferentes grupos comunitários face à necessidade de adopção de medidas promotoras de uma relação equilibrada entre o Homem e o meio ambiente.